

## A EUROPA NA ENCRUZILHADA: DO *PROJECTO EURÁFRICA* À SITUAÇÃO DE “ANÃO GEOPOLÍTICO.”<sup>1</sup>

António José Avelãs Nunes<sup>2</sup>  
Faculdade de Direito de Coimbra

1. – Terminada a 2ª GM, muitos dirigentes políticos franceses começaram a defender abertamente que o melhor era esquecer as colónias asiáticas, concentrando todos os esforços e todos os meios na defesa das colónias africanas, invocando que a *França Euroafricana* era “uma incontestável realidade histórica” e que a França “tinha direito a a um império colonial”, acrescentando que “os povos africanos não precisam de nenhuma outra liberdade que não seja a liberdade dos franceses.”

Logo em Maio/1948 as potências coloniais europeias, reunidas no Congresso da Haia, decidiram: “se queremos tornar viável a *Europa livre*, temos de, *em conjunto*, explorar as riquezas do Continente Africano, tentando encontrar aí as matérias-primas que estamos a adquirir na área do dólar e que não somos capazes de pagar. (...) Em conjunto com os *povos do ultramar associados aos nossos destinos*, nós poderemos construir amanhã a maior formação política e a maior unidade económica que o nosso tempo alguma vez viu.”

Nasceu assim o *Projecto Euráfrica*, assente na tese (colonialista) de que a *África negra* era incapaz de se desenvolver, de que “a África não pode ser viável se a Europa não se unir”, de que “a Europa é a cabeça da *Euráfrica*; a África é o corpo.” É o racismo na sua expressão mais extrema, claramente assumido: a Europa é a *cabeça*, a África é o *corpo*.

Tal como a Alemanha nazi, a Europa carecia de *espaço vital*. E a África preenchia esta necessidade, como fonte de matérias-primas e de alimentos, como mercado para as mercadorias

---

<sup>1</sup> Texto que serviu de base à minha intervenção na Abertura Solene do Ano Académico da REPE&C, sob a Direcção do Professor José Luís Bolzan de Moraes e da Professora Flaviane Magalhães de Barros, realizada no Auditório da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, em 27 de Março de 2023, intervindo como Debatedor o Prof. Doutor Luiz Alberto David Araújo, Professor Titular de PUC/SP. Neste texto, utilizo reflexões e cito autores que constam de trabalhos anteriores, entre os quais destaco: *QUO VADIS, EUROPA?* (com Prefácio do Prof. Doutor Fernando Facury Scaff), São Paulo, Editora Contracorrente, 2016; *O estado capitalista e as suas máscaras* (Prefácio do Prof. Doutor Fábio Konder Comparato), 3ª edição, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2021; *O capitalismo sem máscaras em tempos de crime sistémico e outras pandemias* (Prefácio dos Doutores Leila Cuellar e Egon Bockman Moreira), Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2021; *A Integração Europeia – Um Projecto Imperialista*, Lisboa, Edições Avante!, 2022; *O Mundo Velho está a Morrer, o Mundo Novo Ainda não Nasceu: Este é o Tempo dos Monstros – Apontamentos para Tentar Compreender a Guerra na Ucrânia*, Lisboa, Página a Página, 3ª edição, 2023 (este texto sairá no Brasil, ainda em 2023, com a chancela da Editora Contracorrente).

<sup>2</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra

industriais produzidas no Velho Continente (garantindo o emprego dos trabalhadores europeus) e como destino dos excedentes populacionais de alguns países europeus.

Em 1884/1885, na *Conferência de Berlim*, as potências coloniais europeias dividiram a África entre si, traçando fronteiras a régua e esquadro; agora, com a *integração europeia*, procuravam concretizar um projecto de *colonialismo colectivo*, concebendo a união europeia como uma espécie de *holding* para administrar os negócios coloniais das potências europeias. A *europeização do colonialismo* foi considerada “indispensável para a sobrevivência económica e geopolítica da Europa” e o *projecto Euráfrica*, apontado como «a última oportunidade para a Europa e a única esperança para a África», impôs-se como «uma condição necessária para a criação da CEE.»<sup>3</sup>

Em termos geopolíticos, o ponto de vista dominante via «a *Euráfrica* como uma solução completa no plano económico, político e militar. (...) Económica e militarmente, *a Euráfrica será uma potência nuclear*. Nos seus imensos territórios, que nenhum inimigo pode ocupar, destruir ou obliterar, ela poderá produzir bombas atómicas. O que significa que ninguém a atacará.»

Apesar de ter sido inicialmente apresentada como um projecto para enfrentar, de igual para igual, os EUA e a URSS, a *Euráfrica*, como sublinhou, em Março/1957 o Primeiro-Ministro francês perante o Senado dos EUA, estava *em perfeita linba com os interesses dos EUA e da NATO*. E a verdade é que a questão colonial esteve igualmente presente nas negociações que conduziram à criação da NATO, cujo tratado constitutivo considera «um ataque armado contra uma ou mais das Partes qualquer ataque ao território de uma qualquer das Partes, na Europa, na América do Norte e nos Departamentos argelinos da França.» A NATO não integrou todo o império colonial da França e da Bélgica, mas a França conseguiu o essencial: integrar na NATO a Argélia, considerada *parte integrante da França metropolitana*.

Comprometida, desde 1954, na guerra contra o povo argelino, que lutava pela sua independência, a França sempre defendeu que a guerra que travava na Argélia era uma guerra “em defesa da Europa e do mundo livre”, com o objectivo de servir a ‘Europa’ e com o propósito ‘humanitário’ de «integrar estes povos numa *grande entidade euroafricana*, no seio da qual, com a assistência das nações mais desenvolvidas, eles alcançariam a democracia e uma verdadeira independência.»

Em 1951, o Primeiro Ministro persa Mohamed Mossadegh conseguiu fazer aprovar uma lei que nacionalizava o petróleo da Pérsia. Os EUA e o RU organizaram um golpe de estado que, em 1953, depôs Mossadegh, entregando o poder absoluto ao Xá Reza Pahlavi, que iniciou um longo período de ditadura. Mas as coisas não correram assim quando, em Julho/1956, o Egipto

---

<sup>3</sup> Ver Peo HANSEN e Stefan JONSSON, *The Untold History of European Integration and Colonialism*, Londres, Nova York, Nova Delhi, Sydney, Bloomsbury Publishing Inc., 1ª edição, 2014 (reimpressão em 2016).

de Nasser decidiu nacionalizar o Canal de Suez. O Reino Unido e a França recorreram à força das armas, mas a URSS colocou-se ao lado do Egípto. Sem o apoio dos EUA, as duas potências colonizadoras europeias foram obrigadas a recuar, tendo sofrido este episódio como uma humilhação.

Os dois inimigos históricos (França e Alemanha) aproximaram-se na partilha da preocupação de que, num mundo dividido entre os EUA e a URSS, a Europa fosse transformada no palco central de uma guerra nuclear. E aproximaram-se também quanto à prioridade a atribuir ao projecto de integração europeia e quanto à importância do Norte de África para a defesa da Europa Ocidental, fazendo da *Euráfrica* um *bloco militar dotado de capacidades atómicas*. Esfumava-se a ideia propagandeada da integração europeia como um projecto de paz.

Poucos dias depois da retirada do Suez, a França formalizou a sua proposta de incluir a *associação dos territórios ultramarinos* na estrutura do *Mercado Comum Europeu*. A Alemanha aceitou que assim fosse e Adenauer foi ao ponto de afirmar que «a Argélia não é uma colónia francesa, mas, desde 1830, uma *província da França*, com 1,5 milhões de homens e mulheres franceses brancos.» Retribuindo o gesto, a França chegou a admitir não se opor a que a RFA dispusesse também das suas armas atómicas tácticas.

Os construtores da Europa estavam de acordo quanto às vantagens da ‘empresa comum’ quanto à exploração das riquezas dos territórios africanos em matérias-primas (várias e abundantes), em produtos alimentares exóticos, em recursos minerais (minério de ferro, cobre, zinco, tungsténio, manganés, urânio), em fosfatos e ainda em petróleo e gás natural (depois da descoberta, e, 1956, das jazidas do «Sahara francês», como sempre sublinhava o governo da França).

Permanciam, porém, algumas divergências entre a França e a Bélgica, por um lado, e os restantes quatro parceiros, por outro lado. Porque estes tinham dúvidas acerca dos critérios segundo os quais se iriam distribuir os investimentos a fazer por cada um deles nos *territórios franceses e belgas* e acerca da parte dos ganhos que lhes caberiam no ‘negócio’, quer no acesso aos recursos naturais daqueles territórios quer no que se refere à exportação para eles de produtos industriais (especialmente da RFA, da Itália e da Holanda).

Ultrapassado este problema, o *Tratado de Roma* foi assinado em 23-5-1957, consagrando a associação dos Territórios Ultramarinos na Comunidade Económica Europeia (CEE), embora prevendo que o futuro *mercado comum euroafricano* só se concretizasse após um período de 12 a 17 anos. Um dos subscritores do Tratado, o Primeiro Ministro holandês, Joseph Luns, deixou tudo claro: o Tratado «assegura as condições de uma prosperidade crescente para o nosso Velho

Continente e permite a continuação da sua grande missão civilizadora à escala mundial.»

2. – Aprovado o Tratado de Roma, o General De Gaulle, e, com ele, alguns outros sectores do espectro político francês, viram o projecto do *mercado comum* como um instrumento dos EUA para favorecer a indústria alemã à custa da economia da França, no quadro da estratégia global americana de dominar hegemonicamente o mundo capitalista.

Bom conhecedor da história da ‘Europa’, o General sempre defendeu uma «Europa europeia», uma *Europa do Atlântico aos Urais*, uma «Europa que, sem romper com os americanos, seja independente deles.» E defendeu uma «Europa das nações», não «confiada a organismos tecnocráticos», porque, a seu ver, «os organismos supranacionais que foram constituídos entre os seis estados fundadores da CEE tendem inevitavelmente e abusivamente a tornar-se super-estados irresponsáveis politicamente.»

Vivia-se então o período áureo do keynesianismo e das políticas keynesianas, mas a verdade é que, por mais estranho que pareça, a filosofia e a estrutura da CEE foram profundamente marcadas pelas concepções liberais em matéria de política económica, com a perfeita consciência de que a opção pelo liberalismo nas relações entre os estados-membros do *mercado comum* arrastava consigo a adopção de soluções liberais no plano interno de cada estado.

Embora admitindo a livre circulação de pessoas (sempre condicionada...), as *liberdades de circulação de serviços, de mercadorias e de capitais*, bem como a *liberdade de estabelecimento*, foram sempre assumidas e proclamadas como as *verdadeiras liberdades fundamentais* para o mercado comum europeu. Este entendimento das liberdades fundamentais, junto com as *regras comuns em matéria de concorrência* e o regime das *ajudas do estado* às empresas implicavam o abatimento das soberanias nacionais.

Pierre Mendès-France justificou nestes termos o seu voto contra a ratificação do Tratado pela Assembleia Nacional francesa: “ele baseia-se no liberalismo clássico do século XIX, segundo o qual a concorrência pura e simples regula todos os problemas. A abdicação de uma democracia pode assumir duas formas, seja a de uma ditadura interna que entrega todos os poderes a um homem ‘providencial’, seja a delegação dos seus poderes a uma autoridade exterior, que, em nome da técnica, exercerá na realidade o poder político, pois em nome de uma economia sã chega-se facilmente à imposição de uma política monetária, orçamental, social, em suma, uma política, no sentido mais amplo do termo, nacional e internacional.”

Hoje é muito claro que o desenho da CEE significou, deste ponto de vista, uma primeira vitória do *ordoliberalismo alemão* sobre o *intervencionismo francês*, construído no após-guerra (forte sector empresarial do estado, planificação pública da economia e sistema público de segurança

social). O liberalismo consagrado no Tratado fundador de 1957 não era ainda o neoliberalismo (à moda de Hayek e de Friedman). Era uma espécie de *liberalismo do possível*. Mas é inequívoco que o projeto ‘Europa’ “apresentou-se desde o primeiro dia como uma máquina para liberalizar.”

Os críticos do Tratado de Roma deram-se conta, desde o início, de que o “espírito do mercado comum” acabaria por privar os estados-membros dos meios e das competências indispensáveis para assegurar o controlo da economia pelo poder político democrático. E a História confirma plenamente estes receios e previsões: o *espírito do mercado comum* acabou por conduzir à *abdicação da democracia*.

É geralmente aceite que o processo de integração europeia decorreu sem a participação democrática dos cidadãos e dos povos da Europa nos processos de discussão e de decisão: a ‘Europa’ *dos negócios* foi construída “à porta fechada”, “ignorando sempre a população” (como sublinha Habermas), assentando sempre numa atitude de *reserva mental* (escamoteando aos povos da Europa o verdadeiro significado da cada passo dado), numa política dos ‘pequenos passos’, numa *política do facto consumado* (há quem fale de *método Monnet*), na “mentira política institucionalizada, na hipocrisia, no ilusionismo e na abdicação generalizada da vontade.” (cito Jacques Généreux).

“A história da construção europeia é, como sabemos, também a história do seu défice democrático.”

3. – Com a vitória da *contra-revolução monetarista*, em meados da década de 1970, o vírus neoliberal foi sendo inoculado em doses letais nos sucessivos tratados estruturantes da ‘Europa’. O *Tratado de Maastricht* (1992) marca a cedência definitiva da ‘Europa’ ao *Consenso de Washington* e veio alterar profundamente a natureza ideológica da comunidade europeia, que passou a ser dirigida por regras do mais extremo neoliberalismo.

Todos os especialistas defendiam que não estavam reunidos os requisitos mínimos para instituir uma *zona monetária* na União Europeia. Mas o projecto avançou por razões de natureza política. A França de Mitterrand tentou, por todos os meios, evitar a anexação da RDA pela RFA. Mas Helmut Kohl ganhou o braço de ferro, e, através de uma espécie de operação *overnight*, operada com a cumplicidade de Gorbachev e o apoio dos EUA, a *Grande Alemanha* renasceu. E com ela regressaram os *medos da França*, bombardeada e humilhada pela Alemanha em 1871, em 1914 e em 1940.

Com a criação da *união monetária* (banco central europeu, moeda única, política monetária única), a França pensava cercear a liberdade de acção da Alemanha, aprofundando a sua inserção no tecido da Europa comunitária. A Alemanha aceitou o desafio, mas impôs as condições: as

*regras* do jogo seriam as suas, sob pena de virar as costas à União Europeia e iniciar uma aproximação à Rússia. Resultado: à semelhança do *Deutsche Bundes Bank*, o BCE passou a ser o titular da política monetária única, responsável apenas pela estabilidade do euro, com exclusão de quaisquer outros objectivos da política pública (crescimento económico, luta contra o desemprego e promoção do pleno emprego, redistribuição do rendimento, desenvolvimento regional equilibrado). O euro surgiu como *deutsche euro*, demasiado valorizado para a generalidade dos países que o adoptaram. E as *regras alemãs* sobre défice público, dívida pública e nível de inflação constituíram um ataque ao chamado *modelo social europeu*: a *Europa social* deu lugar à *Europa do capital*, o mais elaborado paraíso do neoliberalismo.

O *Tratado de Maastricht* consagrou as concepções da Alemanha sobre políticas macroeconómicas, concepções que adquiriram o estatuto de *normas jurídicas* de tipo ‘constitucional’, uma espécie de *constituição perpétua*, praticamente inalterável (a alteração do Tratado exige o voto de todos os estados-membros da UE). A França foi buscar lã e saiu tosquiada: a *União Económica e Monetária* (UEM) instituída pelo Tratado de Maastricht veio reforçar o papel da Alemanha como potência hegemónica na *Europa alemã*.

Importantes parcelas da soberania foram confiadas às instâncias tecnocráticas da União, esvaziando as competências dos órgãos politicamente legitimados pelo sufrágio universal, que hoje são pouco mais do que marionetas comandadas a partir de Bruxelas ou de Frankfurt (ou a partir de Berlim, via Bruxelas e Frankfurt). Os estados da zona euro não podem decidir sobre a emissão de moeda, dependendo dos ‘mercados’ para se financiar, como uma qualquer *pessoa* ou empresa privada (é uma verdadeira *privatização do estado*); não podem desvalorizar a moeda; não podem fixar e controlar as taxas de juro nem as taxas de câmbio; não podem optar por um determinado nível de inflação susceptível de ajudar o crescimento económico; não podem decidir sobre o nível da despesa pública, sobre o montante do défice das contas públicas ou sobre a dimensão da dívida pública.

As *regras alemãs* inscritas no Tratado de Maastricht, ao acrescentarem *mais Europa*, consagraram a vitória da *Europa alemã* (a Europa do *deutsche euro* e das regras *estúpidas e medievais* do Pacto de Estabilidade e Crescimento, como lhes chamou Romano Prodi), mas trouxeram com elas o «esvaziamento da autodeterminação», i. é, da capacidade e do direito de cada povo decidir sobre o seu próprio destino colectivo e de os povos da Europa decidirem sobre o destino da Europa. Não admira, por isso, que «a adesão a esta ideia de *mais Europa* seja cada vez mais reduzida nas sociedades dos estados-membros da UE», como sublinha Ulrich Beck.

Os povos da Europa começam a aperceber-se de que essa ‘história’ da *soberania partilhada* é uma patranha para enganar tolos. E, perante as condições resultantes da *mundialização do mercado*

*de trabalho*, os trabalhadores viram-se forçados a concorrer uns com os outros à escala mundial e vêm sofrendo as consequências do aumento do *exército industrial de reserva*. Não têm conseguido pôr de pé estruturas internacionais (sindicais e políticas) representativas dos seus interesses e capazes de lutar por eles e pelos seus direitos, pelo que, para os trabalhadores, os *estados nacionais soberanos* continuam a ser o único espaço político onde podem desenvolver, em condições de legalidade e de liberdade garantidas pelas constituições democráticas, todas as lutas efectivas contra o capital.

Numa ‘Europa’ hoje dividida entre *países credores* e *países devedores*, Ulrich Beck defende que «os países devedores formam a nova ‘classe baixa’ da UE, (...) têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional, (...) condenados a um futuro incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo.» Apetece dizer: venha o diabo e escolha... Porque, a meu ver, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*.

4. – A crise aberta em 2007/2008 (uma crise iniciada nos EUA e associada às *actividades criminosas* do sector financeiro) afectou gravemente a Europa e o mundo. Nos EUA, antes de a crise eclodir, até o FBI alertou o Congresso para a *epidemia de crimes financeiros* que estava a minar a economia do País. Mas os representantes eleitos em campanhas eleitorais pagas pelo grande capital financeiro nada fizeram, o que facilitou a ocorrência de vários casos de *banksterismo* (manipulação das taxas de juro de referência, fraude fiscal, lavagem de dinheiro dos cartéis da droga...). O sistema legal está organizado de modo a permitir que as instituições financeiras violem a lei sistematicamente para ganhar muito dinheiro, certas de que nada de grave lhes acontecerá: a solução consistiu em negociar com os ‘criminosos’ umas multinhas, a troco do compromisso do governo de não levar a tribunal nem os bancos criminosos nem os seus administradores, com o costumado argumento de que este procedimento poderia “pôr em perigo grandes bancos mundiais e, em última análise, desestabilizar o sistema financeiro global.” A *estabilidade do sistema financeiro* é invocada para garantir a impunidade dos patrões do grande capital financeiro, que põem em causa esta mesma estabilidade praticando verdadeiros *crimes contra a humanidade*.

Um editorial de *The Economist* (15.12.2012) esclarece tudo: os bancos não são apenas *too big to fail* (demasiado grandes para falirem), são também *too big to jail* (demasiado grandes para irem para a cadeia). No mundo capitalista, as cadeias não se fizeram para ‘gente de bem’ (os senhores do mundo, os grandes especuladores institucionais, a *aids* da economia mundial, os ‘padrinhos’ do

*crime sistêmico*). As cadeias são para os miseráveis, para os negros (e há negros de todas as cores), para os imigrantes, para os ‘inadaptados’ à ‘civilização ocidental’.

Na Europa, pelo menos desde 2005, alguns dos maiores bancos do mundo capitalista *manipularam* os mercados financeiros em proveito próprio (ganharam milhões de milhões de euros), através da falsificação das taxas *Libor* e *Euribor*, taxas de referência utilizadas, nomeadamente, para determinar as taxas de juro de contratos relativos a produtos financeiros (em especial produtos financeiros derivados), que movimentam cerca de 800 milhões de milhões de dólares (mais ou menos dez vezes o valor do PIB mundial).

Alguns Comissários Europeus falaram de “comportamento escandaloso por parte dos bancos”; declararam-se “chocados com o conluio entre bancos que deviam ser concorrentes”; falaram de “dinheiro organizado”, de “actividades criminosas no sector bancário” e falaram até de *banksters* a propósito desta elite. Para quem acredita nas virtudes do mercado e da concorrência (os ‘deuses’ da União Europeia), a manipulação dos mercados é um *crime de lesa-mercado*, um *crime contra a própria divindade*... Mas também na Europa o poder político, em vez de levar perante a Justiça os criminosos que praticam tais crimes, faz acordos com eles garantindo-lhes a impunidade, a troco de multas quase simbólicas aplicadas a algumas das instituições financeiras criminosas. Ao mesmo tempo, cobre, com dinheiro dos trabalhadores (milhões de milhões de euros), os prejuízos das suas actividades especulativas; mantém intocáveis o princípio da liberdade absoluta de circulação de capitais, o princípio da independência dos bancos centrais e o princípio da banca universal e garante aos (grandes) bancos que não correm risco de falência.

Por estas e por outras razões, venho falando há tempos, creio que justificadamente, de *capitalismo do crime sistêmico*. E o *crime sistêmico* não será propriamente um *crime perfeito*, porque é público e notório, mas tem a vantagem de oferecer aos seus autores uma total impunidade. Socorro-me de Serge Halimi para dizer, polidamente, que “os responsáveis políticos comportam-se demasiadas vezes como marionetas que se preocupam, sobretudo, em não incomodar o festim dos banqueiros.”

No âmbito da União Europeia, a crise de 2007/2008 abriu caminho às *políticas de austeridade*, que foram impostas pelo “poder político dos bancos franceses e alemães” e – cito um assessor do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso – foram prosseguidas impiedosamente pela Comissão e pelos “Governos que identificam os bancos como campeões nacionais a proteger (...), colocando os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos”, denunciando (...) “uma relação quase corrupta entre bancos e políticos: muitos políticos seniores ou trabalharam em bancos ou esperam trabalhar depois.”

As *políticas de austeridade* foram completamente contraproducentes: diminuição do consumo; quebra da produção; falência em série de pequenas e médias empresas; aumento do desemprego; agravamento das desigualdades; aumento do déficit público e da dívida externa; aprofundamento do fosso entre os ‘países do norte’ e os chamados ‘países do sul’; aumento da pobreza (incluindo do número dos *pobres que trabalham*); *empobrecimento* de povos inteiros.

Durante a chamada *Cimeira Social Europeia* (Maio/2021) a UE reconheceu que mais de 20% dos cidadãos europeus (95 milhões de pessoas, entre as quais 18 milhões de crianças) estavam em risco de pobreza. Mesmo na rica Alemanha, os números mostram que, em 2020, 16,1% dos seus cidadãos (cerca de 13 milhões de pessoas) estavam abaixo da *linha de pobreza*.

As *políticas de austeridade* têm sido, em várias ocasiões e por várias instâncias, declaradas contrárias às Constituições e a Tratados Internacionais (nomeadamente a Convenção relativa à OIT e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem) a que se encontram vinculados os estados-membros da UE. E muitos autores têm defendido que elas produziram uma “catástrofe política e económica”, conduzindo a uma situação que “viola as condições mínimas fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver”; que elas atentam *contra a dignidade dos povos*; que elas exigem às suas vítimas (os pobres dos países mais pobres) “sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis”; que elas constituem *verdadeiros crimes económicos contra a humanidade*.

Mas as *regras alemãs* que as impõem continuam a governar a UE, apesar de terem sido responsáveis pelo “escândalo político” que consiste no facto de “os custos socializados do falhanço do sistema [financeiro internacional] atingirem com maior dureza os grupos sociais mais vulneráveis” (que pagam “na moeda forte da sua existência quotidiana”) e “os países mais fracos do ponto de vista económico.” Acabei de citar o moderado Habermas.

Com James Galbraith, direi que parece óbvio que “os estados não podem permitir-se perder o combate que os opõe aos mercados financeiros (...), porque a sobrevivência de um sistema mais ou menos civilizado depende disso.”

Este não é, porém, um combate fácil de ganhar. Embora sem cantar, como faz Chico Buarque, acredito (com Geraldo Vandré) que “quem sabe faz a hora, não espera acontecer” e acredito também que vale a pena travar este combate até “ver uma flor brotar no impossível chão.”

5. – As *regras alemãs* “eliminaram a soberania política nacional”, impondo um “sistema institucional supranacional, isolado da pressão eleitoral”, que significa “o fim da democracia nacional na Europa” e a criação de um “mercado único sem democracia”, “um regime supranacional não democrático – uma espécie de super-estado internacional sem democracia.” O

*Financial Times* (Maio/2012) tem razão: “A UEM não é uma união monetária. (...) É, de longe, muito mais parecida com um império.”

O mal é geral: a “ditadura das finanças internacionais” vem minando a democracia porque “os mercados financeiros conseguem o que querem.” “Podem existir eleições livres – defende o Nobel americano Joseph Stiglitz –, mas, dado o modo como são apresentadas aos eleitores, não existe uma verdadeira escolha nas questões que realmente interessam, as questões da economia.” Ou seja: o ritual das *eleições livres* (serão mesmo livres estas eleições?) não garante a *democracia*.

A agudização da situação na Grécia (mas também a evolução da ‘crise’ em Portugal e na Irlanda e mesmo na Espanha e na Itália) obrigou a acelerar os trabalhos que conduziram ao chamado *Tratado Orçamental* (2.3.2012), que é, como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht, “um modelo político de marca alemã”, que, segundo Habermas, traduz “uma clara pretensão de liderança” por parte da Alemanha, numa “Europa marcada pelos alemães.”

Este “golpe de estado europeu” (Raoul-Marc Jennar) veio minar ainda mais a já débil estrutura democrática de funcionamento da UE, prosseguindo a tarefa de esvaziar as competências dos órgãos politicamente legitimados pelo sufrágio universal, confiando-as às instâncias tecnocráticas da União. E, como disse o Primeiro Ministro britânico da altura, veio *tornar ilegal o keynesianismo*, ‘constitucionalizando’, mais uma vez por portas travessas, o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridade*, inviabilizando os *investimentos no futuro* (os investimentos estratégicos na educação, na saúde, na investigação científica, na segurança social, nos transportes públicos, na habitação social e em todos os serviços públicos associados à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentado).

Pior ainda: o Tratado Orçamental significa, verdadeiramente, a *ilegalização da democracia*. Pouco antes da sua aprovação, a Chanceler Merkel pediu «algo que nos [à *Europa alemã*] garanta que, mesmo mudando os governos [em resultado de eleições], as políticas não mudam.» E os súbditos da *Europa de Vichy* fizeram-lhe a vontade: sob a capa de soluções ‘técnicas’, a *Grande Alemanha* impôs à ‘Europa’, como *normas constitucionais*, os seus pontos de vista doutrinários em matéria de política económica, a *regra de ouro* do equilíbrio orçamental e outras *normas-travão*, que visam exactamente impedir que qualquer governo, honrando o mandato popular recebido dos eleitores, tenha a veleidade de querer levar por diante políticas contrárias às plasmadas nas *regras alemãs*. A mensagem é clara: podem eleger partidos de direita ou partidos de esquerda, mas aqueles que forem eleitos têm de obedecer, acima de tudo, a estas *regras* (a ‘constituição das constituições’) que os impedem de cumprir o seu mandato. Continua a haver eleições, mas proclama-se que *as eleições não podem mudar as políticas*. É o *império das regras*, negador da democracia.

Sabemos que a *democracia parlamentar* (dita *democracia representativa*) começou a construir-se durante o período de desagregação do feudalismo, quando as burguesias nacionais impuseram a separação entre o *erário público* e o *património dos monarcas* e confiaram aos parlamentos eleitos o direito (o poder) de discutir e aprovar o orçamento de estado e a competência exclusiva para lançar impostos (*No taxation without representation*). Este poder dos parlamentos afirmou-se como a pedra de toque da soberania nacional.

Pois bem. Hoje, o orçamento de estado dos estados-membros da UE (o dos estados mais fracos, claro, porque com os grandes a burocracia de Bruxelas não se mete) é aprovado primeiro em Bruxelas por gente que ninguém conhece e que não responde perante nenhum órgão com legitimidade democrática nem perante o povo soberano. É com esses eurocratas que os governos discutem e negociam os orçamentos nacionais.

Habermas sublinha com inteira razão que, nos termos do *Tratado Orçamental*, “os chefes de governo comprometeram-se a implementar nos seus respectivos países um catálogo de medidas a nível da política financeira, económica, social e salarial que, na realidade, seriam da competência dos Parlamentos nacionais.”

Por outro lado – continuo a acompanhar Habermas –, “o direito da Comissão de analisar, antes das decisões dos Parlamentos, os orçamentos dos estados-membros (...), afecta competências fundamentais dos estados-membros e dos seus Parlamentos”, o que traduz “a arrogância de criar um precedente eficaz. (...) Os governos nacionais – conclui Habermas – são apenas actores no palco europeu e que os parlamentos nacionais limitam-se a aprovar obedientemente (...) as decisões tomadas previamente noutro lugar.» O antigo Presidente do Governo de Espanha, Felipe González, é da mesma opinião: «os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa.»

Tudo claro: a *Europa do capital* é governada por *poderes estranhos e superiores*, pelos *mercados financeiros*.

Segundo Habermas, este processo de “expropriação das entidades soberanas democráticas por poderes executivos”, ao anular a soberania, está a negar a própria democracia, porque (F. Lordon) “a negação da soberania é mesmo a negação da democracia na Europa.” Conclusão do filósofo alemão: as *regras* consagradas no *Tratado Orçamental* não podem deixar de «corroer qualquer credibilidade democrática.»

Ulrich Beck: «a Europa tornou-se alemã. (...) Mas dizê-lo abertamente significa quebrar um tabu. (...) A Europa alemã viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver.»

A ‘filosofia’ inspiradora do *Tratado Orçamental* é a mesma que, à escala mundial, vem destruindo a coesão social com base em políticas que garantem tudo ao capital (incluindo a impunidade pelos crimes cometidos, muitas vezes verdadeiros *crimes contra a humanidade*) e negam todos os direitos que os trabalhadores foram conquistando ao longo de séculos. O *Leviathan* dos nossos tempos, enquadrado pela ideologia neoliberal, é (Étienne Balibar) “o poder político que já não se separa do poder económico e, sobretudo, do poder financeiro.” É a *ditadura do grande capital financeiro*.

Em plena crise grega, foi eleito um governo que se opunha às *políticas de austeridade* impostas por Bruxelas e a recusa destas políticas foi depois amplamente confirmada através de referendo. Os *donos da Europa* disseram à Grécia que as eleições e o referendo não mudavam nada: o governo tinha de cumprir as *regras*. Durante o processo de ‘negociações’ com os *países credores*, o Ministro das Finanças da Grécia Yanis Varoufakis (entrevista ao *New Statesman*, Julho/2015) disse que o propósito dos *credores* era o de «arrastar a Grécia para um acordo humilhante», e, num gesto de coragem, fez este comentário: «o que estão a fazer à Grécia tem um nome: terrorismo.» *Terrorismo de estado*, imposto pelos tais *poderes estranhos e superiores*, pelos *mercados financeiros*, pela ‘Europa’ (i. é, pela *ditadura do grande capital financeiro*). É assim que as ‘metrópoles’ tratam as suas ‘colónias’.

6. – Depois da crise financeira, a Europa e o mundo vivem uma nova crise, associada à pandemia do COVID19. Fala-se de *crise pandémica*, embora ela seja, ao cabo e ao resto, mais uma *crise do capitalismo*.

No quadro da *mundialização do mercado de trabalho*, pensou-se que os países emergentes (China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul...) seriam a *fábrica do mundo*, ficando as ‘metrópoles’ com os serviços ‘nobres’ (estratégicos) da investigação e concepção, os serviços financeiros e o turismo, ao mesmo tempo que se libertava o grande capital da maçada de ter de aturar a acção dos sindicatos e o pagamento de salários dignos, de alguns impostos e dos descontos para a segurança social. A coberto da *liberdade de circulação do capital* (a mãe de todas as liberdades do capital), o grande capital ‘inventou’ a *internacionalização*, isto é, a *deslocalização de empresas* dos velhos países industrializados para os *paraísos fiscais* e *paraísos laborais*, em busca de mão-de-obra barata, de isenções fiscais e de subsídios do estado.

A consequência foi a *desindustrialização* dos EUA e da Europa. A ‘crise pandémica’ veio pôr a nu os *excessos da desindustrialização*, a subversão da estrutura produtiva (e da estrutura do emprego) e a ruptura das fileiras produtivas em vários sectores. Aos olhos do Presidente da França, esta pandemia revelou duas coisas: 1) delegar em outros a nossa alimentação, a nossa

protecção, a nossa capacidade de prestar cuidados de saúde, em suma, o nosso estilo de vida, é uma loucura; 2) há bens e serviços que têm de ser colocados fora das leis do mercado.

Com efeito, a pandemia veio mostrar que o mundo dependia da aspirina que (quase só) se produzia na Índia. A Europa e os EUA deram-se conta de que dependiam da China no que toca à produção de bens tão vulgares como as zaragatoas para se fazerem os testes, as máscaras para a protecção individual e os ventiladores utilizados nas unidades de cuidados intensivos. Alguns chegaram mesmo a falar da necessidade de salvaguardar a *soberania farmacêutica e sanitária*. E houve quem aproveitasse para pôr em relevo a necessidade de garantir também a soberania alimentar, a soberania energética, a soberania monetária, a soberania financeira, a soberania no que toca ao controlo dos portos e aeroportos e das empresas de telecomunicações, das empresas de transporte aéreo e de todo o conjunto das empresas estratégicas, aquelas em que assenta a verdadeira soberania. Falou-se da necessidade de *re-industrialização da Europa* e da necessidade de temperar o radicalismo do *comércio livre* imposto ao mundo através da OMC.

Os estudos conhecidos mostravam que a privatização da produção e da prestação de serviços públicos, fruto das políticas neoliberais praticadas ao longo das últimas décadas, trouxe consigo, além de boa dose de corrupção, a baixa da qualidade desses serviços e o aumento significativo do seu custo para as famílias. A pandemia permitiu agora que todos percebessem que, ao contrário do que defendem os neoliberais, os *serviços públicos* (nomeadamente os *sistemas públicos de saúde*) são essenciais quando é necessário salvaguardar direitos tão fundamentais como o *direito à saúde* e o *direito à vida*. O *capitalismo clandestino* que essas políticas geraram não proporcionou a nenhum país, mesmo aos mais ‘fortes’ do *império*, a capacidade de resposta exigida para combater o novo coronavírus. Deu para perceber que sem serviços públicos de qualidade não há democracia digna desse nome.

Perante uma pandemia que se apresentou como um mal universal e perante a universalidade das suas consequências, o que parecia correcto era defender que, uma vez descoberta a vacina para o coronavírus, ela deveria ser considerada *património comum da Humanidade* e colocada à disposição de todos os povos do mundo. Esta é a única atitude digna dos homens.

O Secretário-Geral da ONU fez, repetidas vezes, apelos neste sentido. Em finais de Abril/2020, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Declaração/Apelo na qual se defendia a colaboração internacional para a descoberta de uma vacina e se proclamava o direito de todos, em todo o mundo, a aceder a ela, logo que fosse descoberta.

Nada feito: os interesses das poderosíssimas multinacionais químico-farmacêuticas prevaleceu sobre o interesse da Humanidade, condenando milhões de pessoas a uma morte que poderia ter sido evitada.

Ao nível da UE, decidiu-se – e bem – que a aquisição de vacinas fosse centralizada na Comissão Europeia, mas o ‘negócio’ logo entrou em cena, envolvendo tudo numa espécie de *parceria público-privada* entre a Comissão e as multinacionais farmacêuticas. Os termos dos contratos assinados não foram tornados públicos (*o segredo é a alma do negócio...*), mas sabe-se que a UE co-financiou a investigação que conduziu à descoberta das vacinas e também os investimentos necessários para a sua produção industrial e a sua entrega em tempo adequado e nas quantidades suficientes para o combate à pandemia. E sabe-se também que a UE, apesar do investimento que fez, aceitou que as patentes das vacinas fossem registadas como propriedade das multinacionais farmacêuticas. Em suma: *dinheiros públicos-vacinas privadas*. É o *estado garantidor: o poder político a garantir rendas aos monopólios privados*. Os cidadãos europeus pagaram às multinacionais, mas foram estas que geriram depois o ritmo da produção e o destino das vacinas, cuidando apenas de maximizar os seus lucros.

Num tempo em que toda a gente usava máscara, o maldito coronavírus teve pelo menos um mérito: veio desmascarar os que defendem que o neoliberalismo significa o fim do *estado-nação*, o ‘desaparecimento’ do Estado e a ‘morte da política’.

Todos sabemos que sem estado capitalista não há capitalismo e que o *estado capitalista* tem estado sempre no seu posto, e até com *grande violência*, indispensável para permitir a concretização do *programa político neoliberal* inscrito no *Consenso de Washington*.

Não foi preciso o milagre da ressurreição do Estado para que ele mostrasse que continua a ocupar um lugar de primeiro plano no aparelho do *poder político* que sustenta o capitalismo contemporâneo. Em toda a parte, foram os *estados nacionais* (e não a chamada *sociedade civil*) e foram os *serviços públicos de saúde* (e não os ‘industriais da doença’) que organizaram e dirigiram o combate à pandemia.

O *estado nacional* foi chamado a salvar companhias aéreas, empresas de transporte rodoviário, hotéis, restaurantes, livrarias, companhias de teatro, empresas de circo e todo o tipo de empresas ameaçadas pelas medidas de combate à pandemia que obrigaram a *parar a economia*. Chamados até – verdadeira heresia à luz dos dogmas neoliberais – a garantir algum rendimento às famílias impedidas de trabalhar por força da pandemia ou das medidas tomadas para a enfrentar. Repetia-se que não havia dinheiro. Depois, como que por milagre, verificou-se que, afinal, havia dinheiro. Porque se decidiu, politicamente, que tinha de haver dinheiro.

Os *estados nacionais* fizeram o que muitos julgariam impossível: a economia parou, à escala mundial, não por razões do mercado, mas *por imposição do estado*. E foram *os estados* que quase ‘suspenderam’ a vida: proibiram viagens, encerraram os teatros, os museus, os estádios da ‘indústria do desporto’, impuseram o teletrabalho, fecharam milhões de pessoas em casa, impediram a vida familiar, regulamentaram estritamente os funerais. Fizeram tudo e mais alguma coisa.

E foram os *estados nacionais* que se perfilaram como as únicas entidades capazes de organizar o processo de recuperação da economia, porque ninguém acreditava na *acção espontânea* dos mecanismos de mercado. Os que diziam que o *estado só complica* apareceram então a dizer que *o estado é que tinha de resolver*. Até os que proclamavam que o estado estava ‘morto’, vieram pedir *mais estado* em vez de *menos estado*, um *estado máximo* em vez de um *estado mínimo*, por se entender que só os *estados nacionais* (e, na Europa, o *poder político comunitário*) podiam levar a cabo a tarefa gigantesca de promover a *re-industrialização*, se se quisesse inverter a lógica das *políticas de globalização neoliberal*, que tinham deixado desprotegidas as populações, mesmo nos países mais ricos.

Perante a gravidade da chamada *crise pandémica*, até o FMI considerou fundamental a intervenção em larga escala dos estados nacionais, admitindo mesmo que os mais frágeis poderiam recorrer a um certo controlo dos movimentos de capitais e à declaração unilateral de moratórias relativamente ao pagamento dos encargos da dívida. Começou a falar-se do *regresso a Keynes*. Só que as *políticas keynesianas* pressupõem a existência de um *estado nacional soberano*. Ora a UE está longe de ser um *estado federal* e não tem estruturas nem competências que lhe permitam levar a cabo as *políticas keynesianas*.

Os estados nacionais perderam todos os atributos da *soberania monetária* (emissão de moeda, controlo das taxas de juro, das taxas de câmbio e das taxas de inflação) e os tratados estruturantes da UE, como é sabido, *tornaram ilegal o keynesianismo*. A fé em *São Keynes Salvador do Capitalismo* não basta para operar o ‘milagre’.

Depois da Grande Depressão, Keynes defendeu que a salvação do capitalismo passava por um sector empresarial público forte, pelo aumento do investimento público, pelo controlo público do destino da poupança nacional (regulação estrita do sector financeiro), pela planificação da economia, pela eutanásia dos rentistas, pelo combate a sério à desigualdade, por uma política fiscal progressiva, por um sindicalismo activo, por um estado social forte. Para a Europa neoliberal, estes são pecados passíveis de levar ao inferno. E eu não creio que os fiéis do *culto europeísta* reneguem os seus dogmas neoliberais.

7. – Ainda não tinha ultrapassado a crise decorrente da pandemia, a Europa foi atingida pela crise resultante da guerra na Ucrânia.

Adivinhando a guerra, a ‘Europa’ começou por dizer que só se deveria recorrer às sanções numa situação-limite. E a UE (com a Alemanha no comando) procurou acautelar a continuação do fornecimento de petróleo e de gás pela Rússia, defendendo que este sector ficasse excluído do pacote de sanções que estava já a ser preparado pelos EUA. Mas a pressão dos EUA foi enorme: a UE acabou por aceitar incluir nas sanções aplicadas à Rússia o embargo das importações de petróleo e de gás e a Alemanha acabou por aceitar não pôr a funcionar o gasoduto Nord Stream 2. Depois disso, a UE viciou-se na aplicação de sanções à Rússia: já vai no 10º pacote...

As sanções são apresentadas como uma ‘medida justa’, que substitui a guerra. Mas, à luz do Direito Internacional, elas são uma *arma de guerra*: só podem ser utilizadas em situação de *guerra declarada*, por um estado beligerante contra outro, o que não é o caso.

Em entrevista recente, a Sr.<sup>a</sup> Merkel recorda que os EUA nunca gostaram da construção dos gasodutos *Nord Stream*, aos quais se opuseram logo em 2014, sancionando a Alemanha «por ter uma opinião política diferente», tratando-a como se fosse um inimigo e não um aliado. A Chanceler alemã, honra lhe seja, resistiu à pressão dos EUA, dizendo na cerimónia de inauguração do gasoduto *Nord Stream1* que este era o caminho para uma «parceria fiável entre a UE e a Rússia.»

Mas, em Dezembro/2019, a Administração Trump impôs sanções unilaterais a todos os que colaborassem com os ‘criminosos’ construtores de gasodutos na Europa, procurando, por todos os meios, impedir a conclusão do *Nord Stream 2*.

Em 7-2-2022 o Chanceler Olaf Scholz deslocou-se a Washington para defender o interesse da Alemanha (e da Europa) na manutenção do fornecimento do gás russo através dos gasodutos *Nord Stream*. Numa conferência de imprensa, perante as TVs de todo o mundo, Joe Biden humilhou o seu hóspede, dizendo que, «se a Rússia invadir a Ucrânia, o *Nord Stream 2* deixará de existir. Vamos acabar com ele.»

Vários comentadores falaram de *declaração de guerra ao povo alemão*. Um deles, Hans-Jürgen Geese, comentou: o silêncio de Scholz mostra que «a Alemanha é uma colónia dos EUA.» Na verdade, 77 anos depois da derrota do nazi-fascismo, a Alemanha continua a ser um país de soberania limitada, militarmente ocupado pelos EUA (40 mil soldados americanos permanecem nas várias bases solo alemão, o maior número de ‘soldados ocupantes’, a seguir ao Japão).

O Professor Michael Brenner escreveu que «os anais da História não registam nenhum caso comparável de um estado soberano [a Alemanha] que impõe a si próprio danos tão graves.» Triste sinal dos tempos!

Em 26-2-2023, Biden cumpriu o que tinha prometido: fez explodir os gasodutos *Nord Stream*. Todos os especialistas concordam que se tratou de um *acto terrorista*, contrário ao Direito Internacional, praticado pelos EUA, com o objectivo político de «manter a Alemanha e a Europa Ocidental sob o domínio americano.»

O *mistério* das explosões (foi esta a classificação de *The New York Times*) foi esclarecido graças à investigação de vários especialistas militares e de jornalistas de investigação, entre os quais o jornalista americano Seymour Hersh.<sup>4</sup> A destruição dos gasodutos perfila-se – escreve Hersh – como «uma grave violação da soberania, se não mesmo um acto de guerra à margem do Direito Internacional» praticado contra um país aliado, a Alemanha, que financiou uma boa parte dos investimentos. Hersh acrescenta que o governo dos EUA é ainda responsável por uma *enorme catástrofe ambiental*: o lançamento de 300 mil toneladas de metano na atmosfera, talvez o maior até agora registado.

Os EUA contaram, pelo menos, com a cumplicidade da Dinamarca, da Suécia e da Noruega. O Coronel Scott Ritter fala de «uma vergonha para a Europa, por não ter a coragem de nomear publicamente o agressor. (...) A Europa permaneceu em silêncio, com medo de acordar para a realidade de que o seu ‘aliado’ mais importante cometeu um acto de guerra contra a sua infraestrutura energética crítica, condenando milhões de europeus a sofrer as consequências do frio, da fome e do desemprego.»

Talvez ainda seja cedo para se fazer um balanço credível do resultado das sanções em termos de prejuízo para a Rússia. Como seria de esperar, as autoridades russas dizem que elas não atingiram os objectivos que se propunham. Mas creio ser hoje mais ou menos pacífico que os resultados das sanções aplicadas à Rússia ficaram muito aquém do esperado. A interdição do acesso ao sistema Swift e o ‘congelamento’ das suas reservas soberanas acarretaram, certamente, algumas dificuldades à Rússia, mas os grandes bancos europeus perdem muitos milhões. No período que se seguiu ao início da guerra, o rublo caiu drasticamente. Mas, em menos de um mês, o governo russo conseguiu estabilizar a sua moeda: o rublo valorizou-se, no último ano, 7,6% em relação ao dólar e 12,3% em relação ao euro. Quanto ao euro, já valeu menos do que agora em

---

<sup>4</sup> Colaborador do *New Yorker*, de *The New York Times*, da *London Review of Books*, galardoado com o Prémio Pulitzer, Seymour Hersh tem um currículo impressionante no jornalismo de investigação. Foi ele que denunciou o massacre de My Lai (Guerra do Vietname), os programas para o desenvolvimento de armas químicas e biológicas levados a cabo pelos EUA, as acções ilegais de espionagem interna por parte da CIA e as torturas praticadas pelas forças americanas em Abu Ghraib (guerra contra o Iraque). Foi ele que tornou públicos os meios que permitiram a Israel o acesso às armas nucleares.

relação ao dólar, mas a recuperação ainda não repôs a situação existente no início da guerra. O euro está a perder a guerra...

Habituada aos 'gelos', a Rússia aguentou este 'congelamento' e desenvolveu um sistema de pagamentos internacionais alternativo ao Swift, passando a liquidar as suas importações e as suas exportações em rublos, em yuans, em rupias e em pesos, dispensando o dólar e o euro (a UE tem de pagar em rublos o gás e o petróleo que importa da Rússia). Como a sua dívida externa é praticamente insignificante (cerca de 12% do PIB), a Rússia não tem problemas com a eventual escassez de dólares ou euros.

Segundo os dados disponíveis, a Rússia, açoitada pelas sanções ocidentais, foi capaz de desenvolver a agricultura e a indústria e conseguiu aumentar as receitas das suas exportações (cujo volume aumentou em vários sectores, incluindo o dos cereais e o do armamento). No que toca às exportações de petróleo, as sanções aplicadas à Rússia fizeram subir os preços nos mercados mundiais, tendo-se verificado o que a própria Secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, tinha previsto: a subida dos preços do petróleo pode permitir que a Rússia obtenha receitas superiores com as suas vendas, ainda que venda menos petróleo. Acresce que a Rússia aumentou as suas exportações de petróleo para vários países do Oriente, com destaque para a Índia. Por outro lado, em breve, ao gasoduto *Força da Sibéria 1* vai juntar-se o *Força da Sibéria 2*, o que permitirá duplicar as exportações de gás russo para a China.

Cálculos do Goldman Sachs dizem que a economia russa terá crescido, nos últimos meses, algo mais do que 4%, enquanto, à escala da UE, o PIB regrediu cerca de 3,5%; a taxa de inflação mantém-se a níveis inferiores aos de alguns países da UE; a taxa de desemprego ronda os 4%; o défice das contas públicas foi em 2022 de 2% do PIB. Até o FMI refere que «a contracção da economia da Rússia no segundo semestre de 2022 foi menor do que as previsões indicavam», ao mesmo tempo que «nos principais países da Europa os efeitos da guerra foram mais negativos do que o previsto.»

As sanções impostas à Rússia atingem um país que tem um papel central nos mercados mundiais de produtos essenciais à actividade económica global (petróleo, gás natural, alumínio, fertilizantes, cereais e minerais vários, incluindo o urânio enriquecido, indispensável para o funcionamento das centrais nucleares.) É muito provável, por isso, que o mundo acabe por ver-se confrontado com engarrafamentos em sectores importantes da actividade produtiva e com uma inflação elevada, gravemente perturbadora do crescimento económico e do bem-estar de muitos milhões de pessoas, com a generalização do empobrecimento e o agravamento brutal das desigualdades.

A *guerra económica e financeira* contra a Rússia pode transformar-se numa guerra destruidora para a Europa, se a Rússia resolver um dia destes deixar de exportar para a Europa não só o gás e o petróleo, os cereais, os fertilizantes e os óleos vegetais, mas também matérias-primas estratégicas (metais raros, como o cobalto, paládio, urânio, níquel, magnésio, lítio, volfrâmio, cobre, grafite, titânio) e produtos estratégicos (a Rússia produz 100% de vários elementos de terras raras usadas na produção de chips e quase 2/3 de gás néon usado na produção de semi-condutores; é um grande produtor de aço, alumínio, óxido de lítio, iodo, fluor, fósforo e safira). A *transição energética* e a *transição digital* podem ficar comprometidas.

A Europa está longe da auto-suficiência em matéria de energia e tem contado com o petróleo e o gás russos a baixo preço. A grande maioria das refinarias de petróleo na Europa estão construídas tendo em conta as características específicas do crude russo, pelo que a sua substituição por outro tipo de crude obrigará a remodelar as refinarias existentes. Os especialistas dizem que a UE vai ter de continuar a comprar petróleo com origem na Rússia, mas agora no mercado global, depois de muita intermediação e (bastante) mais caro do que o comprado directamente à Rússia.

Várias indústrias dependem da disponibilidade de gás barato: indústria alimentar, siderurgia, têxtil, indústria automóvel, cerâmica, construção civil (mais de 90% das empresas alemãs). E o turismo depende do fornecimento de petróleo pela Rússia: se aumentar o preço do petróleo, fica mais caro viajar de avião... Muitas empresas europeias terão enormes dificuldades em concorrer com as de outros países que não alinharam com os EUA na aplicação de sanções à Rússia (estão nesta situação estados que representam pelo menos 85% da população mundial). Começa a registar-se algum 'arrefecimento' da economia europeia (também por força das rupturas na cadeia de abastecimentos de matérias-primas, energia e componentes industriais). A baixa da cotação do euro em relação ao dólar complica as coisas ainda mais. A inflação já aí está, com o empobrecimento dos mais pobres (trabalhadores e pensionistas), o agravamento das desigualdades e a perda de 'racionalidade' da economia, mas oferecendo lucros escandalosamente elevados às empresas que controlam os circuitos do petróleo, à banca, às grandes distribuidoras de alimentos. Já se fala de novo desse misterioso boi-cavalo que é a *estagflação* (uma novidade que surgiu com as chamadas 'crises do petróleo' dos anos 1970), que tantos problemas trouxe às economias capitalistas.

Em Novembro/2022, o Presidente da Alemanha reconheceu publicamente que «a Alemanha está na mais profunda crise desde a reunificação.» E o Ministro da Economia da França protestou porque os EUA estão a vender o gás aos países europeus a um preço quatro vezes superior ao praticado para as empresas americanas: «não é aceitável permitir que o conflito

na Ucrânia se salde por uma dominação económica americana e um enfraquecimento da Europa.»

*Não é aceitável*, mas os governos da Europa e a própria UE estão a aceitar isto mesmo, colaborando alegremente na *guerra das sanções* e alimentando os ventos da guerra, soprados pelos EUA/NATO.

8. – Poderemos dizer que a *globalização* começou em 1971, quando o governo de Nixon decidiu unilateralmente não garantir a conversão do dólar em ouro à paridade estabelecida. Foi o fim do Sistema Monetário Internacional acordado em Bretton Woods (1944) e a sujeição das taxas de câmbio às regras do mercado. Com a vigência dos *câmbios flutuantes*, acentuou-se o *imperialismo do dólar*, um sistema de poder global apoiado no poderio militar dos EUA e assente no dólar como *moeda política* (moeda de reserva e moeda de referência nos pagamentos internacionais), sistema que tem permitido aos EUA financiar o seu défice à custa alheia e apropriar-se de uma boa parte da riqueza criada à escala mundial.

Na década de 1980 começou o reinado do *neoliberalismo* e das *políticas neoliberais*, caracterizado pela *supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo*, tendo como pano de fundo a *livre circulação dos capitais* à escala mundial (a mãe de todas as liberdades do capital), um *mercado mundial de capitais* e um *mercado mundial de força de trabalho*.

Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) renasceu o velho mito de que o *livre comércio* resolve todos os problemas do mundo, porque não há guerras entre estados que negociam entre si. O ciclo fechou-se com a entrada da China na OMC. O ‘ocidente’ pensou que as suas vantagens acumuladas venceriam facilmente a China. Enganou-se redondamente: a China venceu o ‘ocidente’ no seu próprio terreno. E o mundo mudou.

Em 2007/2008, a *ordem liberal baseada em regras* entrou em crise. A guerra comercial que Trump iniciou contra as empresas chinesas com as quais as ‘empresas ocidentais’ não conseguem competir (o caso da Huawei terá sido pioneiro) marca o começo do fim da *globalização neoliberal*, que parece condenada pelas consequências da guerra na Ucrânia. A Administração Biden – prosseguindo, neste ponto, a política de Trump – lançou um programa multimilionário de *ajuda do estado* às empresas industriais dos EUA (400 mil milhões de dólares), para promover a criação de novas empresas neste sector, para estimular o regresso a casa de empresas que emigraram nos anos de ouro da globalização e para aliciar a *deslocalização para os EUA* de empresas de outros países.

Por isso, grandes empresas europeias (habitadas ao baixo custo da energia e das matérias, até agora importadas da Rússia a baixo preço) estão a transferir as suas operações para os EUA, incluindo grandes empresas alemãs, como a Siemens, a BASF, a Volkswagen, a BMW e a

Mercedes-Benz (atraídas pela energia muito mais barata e pelas generosas *ajudas do estado*).

Comenta o *Wall Street Journal*: podemos estar perante «uma nova era de desindustrialização na Europa.»

A guerra ainda não acabou, mas já é certo que, no confronto com a Europa, os EUA ganharam a guerra da energia. A Europa – como muita gente antecipou – é o grande perdedor: ficará menos dependente da Rússia (que ninguém acusa de alguma vez ter usado o fornecimento de gás e de petróleo aos países da UE como arma de luta política), mas fica muito mais dependente dos EUA e das monarquias do Golfo. E estas novas dependências custam muito mais dinheiro e afastam a Europa das metas ambientais definidas e necessárias para a salvaguarda da vida na terra. E afastam a Europa da Rússia, objectivo estratégico sempre prosseguido pelos EUA desde o fim da 2ª GM.

Durante uma recente visita a Washington, Macron terá falado a Biden desta *deslealdade* dos EUA na concorrência com os seus aliados europeus, ao recorrer à ‘arma’ das *ajudas de estado*. A ‘guerra’ já não é apenas contra a China, é também, neste terreno, uma *guerra contra a Europa*. Como se tivesse sido apanhado de surpresa, Biden prometeu que iria estudar o assunto... As regras do liberalismo são óptimas quando servem o império, não contam quando não servem os interesses do império.

9. – O congelamento das reservas do Banco Central da Rússia (incluído nas sanções aplicadas à Rússia no quadro da guerra na Ucrânia) veio mostrar a todo o mundo que as potências do ‘ocidente’ e o seu sistema financeiro não são ‘gente’ em quem se possa confiar: por decisão unilateral, sem qualquer apoio no Direito Internacional, sancionaram mesmo um país como a Rússia, que é uma potência nuclear, violando as regras que eles próprios definiram para o sistema financeiro internacional e transformaram o dólar (a libra e o euro) em *armas de guerra*, em instrumentos de luta geopolítica.

A partir de Fevereiro/2022, a Rússia (o maior exportador mundial de matérias-primas) e a China (o maior importador mundial de matérias-primas) deixaram de usar o dólar americano nos pagamentos entre si.

Além da Rússia (como é natural), muitos outros países (incluindo aliados tradicionais dos EUA, como a Índia, Indonésia, Egipto, Arábia Saudita...), vários deles importantes produtores de gás, de petróleo e de matérias-primas essenciais de que o ‘ocidente’ não dispõe, têm desenvolvido conversações no sentido de pôr de lado o dólar como moeda de referência nos pagamentos internacionais.

Neste domínio, é fundamental a acção do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África da Sul), que há anos vem trabalhando neste sentido, e que representa hoje 41% da população mundial (cerca de 3,5 mil milhões de pessoas, sendo que a população global dos países do G7 ronda os 750 milhões), 24% do PIB mundial e 16% do comércio global. O grupo BRICS já criou um *banco de desenvolvimento* (alternativo ao Banco Mundial) e um fundo de reserva de cem mil milhões de dólares para apoiar os países subdesenvolvidos, em alternativa ao FMI.

Ainda como candidato à Presidência do Brasil, Lula da Silva anunciou (Maio/2022) que, com ele Presidente, os países da América Latina iriam «criar uma moeda da América Latina chamada *sur*, para não ficarem dependentes do dólar.» Durante uma visita à Argentina (24-1-2023), o Presidente Lula foi muito claro: «se dependesse de mim, criava-se já uma moeda comum a todos os países da América Latina ou do BRICS, para nos livrarmos da dependência do dólar.» Recentemente, o Banco Central do Brasil e o Banco Central da China assinaram um acordo de compensação que permitirá às empresas e às instituições financeiras dos dois países utilizar o yuan nos pagamentos das transacções comerciais entre os dois países, sendo certo que a China é, há dez anos, o maior parceiro comercial do Brasil e o Brasil é o maior parceiro comercial da China na América Latina. De visita a Luanda, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia anunciou (Janeiro/2023) que, na próxima Cimeira dos BRICS, estará na agenda a criação de uma moeda comum para os pagamentos das trocas comerciais entre os estados-membros do Grupo.

A *guerra financeira* contra a Rússia foi longe demais e assustou mesmo alguns estados amigos dos EUA. A este respeito, o mundo juntou-se muito mais à volta da Rússia do que do ‘ocidente’ e pode estar em marcha um movimento imparável no sentido de um novo sistema de pagamentos internacionais que não dependa do dólar e que deixe o dólar de fora. Se este movimento tiver êxito, isso será um golpe pesado para os EUA: terão mais dificuldade em colocar no mercado internacional as suas Obrigações do Tesouro; a diminuição da procura do dólar nos mercados mundiais provocará uma desvalorização da moeda americana; o aumento das taxas de juro será quase inevitável.

A China ocupa já uma posição de vanguarda, à frente dos EUA, no que respeita à investigação científica nas áreas estratégicas de que depende hoje a construção do futuro (os semi-condutores, a computação quântica, a inteligência artificial, a nanotecnologia e a biotecnologia). Se ainda o não é, a China está prestes a tornar-se a maior potência científica e tecnológica do mundo. Em muitas áreas de ponta, a indústria do ‘ocidente’ perde na concorrência com os produtos chineses, quer em qualidade quer em preço.

A China é, há mais de duas décadas, o país que mais cresce em todo o mundo. Tem uma estratégia para se afirmar como grande potência mundial e não faz segredo disso. Em 2013, a China anunciou o projecto *Nova Rota da Seda*, que visa o desenvolvimento mais uniforme em todo o território chinês; o reforço das relações económicas com a Ásia Central e com a Europa,

buscando novos mercados, a internacionalização da indústria chinesa e a atracção de mais investimento estrangeiro à China; a cooperação energética e a construção de uma rede ferroviária de alta velocidade que reduza a 16 dias o tempo do transporte de mercadorias da China para a Europa continental; a abertura de um canal no Istmo de Kra (ao norte de Kuala Lumpur).

A China é hoje o maior parceiro comercial da UE, dos EUA e do Brasil. Em 1950, o PIB dos EUA representava metade do PIB mundial, baixando em 2000 para 31,8% (quando o PIB da China não ia além de 3,4% do PIB mundial). Vinte anos depois, em 2020, o FMI calcula que o PIB dos EUA ronde os 24,8% do PIB mundial, cabendo à China 17,7%. Mas, se se atender à paridade de poder de compra, a realidade é outra: a China representa 18,6% do PIB mundial, à frente dos EUA (16,0%) e da União Europeia (14,9%). Vários estudos apontam no sentido de que a China será, já em 2028, a maior potência económica do mundo, prevendo-se que a Índia ocupe em 2030 o 3º lugar actualmente pertencente ao Japão, que passará a ser a 4ª economia do mundo, seguido da Alemanha. Em meados deste século, o PIB dos EUA não irá além de 10% do PIB mundial.

O centro do mundo parece estar a deslocar-se para o Oriente.

10. – Wolfgang Streeck, um dos mais destacados sociólogos da actualidade, tem estudado o que ele chama *processo de esvaziamento da democracia* em curso na Europa, salientando que ele pode ser levado a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” ou “através da reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”]. Entende Streeck que a primeira opção não está disponível actualmente, deixando entender que, se as condições o permitirem (ou o impuserem), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, segundo o *modelo chileno dos anos 1970*.

É importante preservar a memória e não esquecer as lições da História. Desde logo para desmascarar as teses enunciadas nos EUA, no final da 2ª GM, por alguns cultores da sociologia e da psicologia social, segundo as quais a barbárie nazi-fascista não passou de uma “anomalia aberrante” (uma “ruptura excepcional” relativamente ao funcionamento normal do capitalismo), fruto da mentalidade patológica de indivíduos perturbados que, em circunstâncias excepcionais, conseguiram chegar ao poder.

Subjacente a esta tese (que já vi classificada como a “concepção burguesa de fascismo”) está o propósito de fazer crer que o capitalismo e as suas contradições não têm nada que ver com o horror trazido pelas duas guerras mundiais que marcaram a negro a história do séc. XX, procurando encobrir o entendimento do fascismo como um elemento sempre presente no aparelho de domínio capitalista (o *fascismo eterno* de que falam alguns), um *elemento estrutural e*

*sistémico do capitalismo, o fascismo de mercado*, de que falou em 1981, numa conferência no México, o insuspeitíssimo Paul Samuelson.

Hoje sabemos todos – creio eu – que a 1ª GM não ocorreu porque um nacionalista sérvio matou um arquiduque numa rua de Sarajevo. E sabemos também que o nazi-fascismo não foi o fruto da personalidade psicopática e das ideias criminosas de um homem complexado e fanático como Adolf Hitler ou do narcisismo e da mania de grandeza de Mussolini. Creio ser hoje pacífico que o nazi-fascismo surgiu, na Europa dos anos 1920/1930, no quadro de uma crise económica profunda, prolongada e generalizada a todo o mundo capitalista.

Naquelas condições históricas, a debilidade da economia não permitia resposta fácil às reivindicações dos trabalhadores, tornando-se impossível às *burguesias nacionais* assegurar o seu domínio de classe no quadro da chamada *democracia burguesa*. A liquidação da *ordem democrática* e o recurso à barbárie foi a solução encontrada para destruir as organizações dos trabalhadores (partidos e sindicatos) e para combater a ‘ameaça comunista’, que vinha com os ventos de leste, originários da Rússia dos *soviets*.

Os problemas do capitalismo são hoje diferentes dos que impuseram o recurso ao fascismo há quase um século. Hoje não existe, com a premência de então, a ameaça da expansão do comunismo, e os interesses dominantes são hoje os interesses do *grande capital financeiro*, que não tem pátria e não conhece fronteiras, defende o livrecambismo e as políticas neoliberais.

Todos temos a noção de que a realidade que nos rodeia é muito complexa. Apesar das mudanças positivas registadas, o grande sociólogo alemão Ulrich Beck defende que “o *fascismo absolutamente normal, quotidiano*, ainda não foi superado, na Alemanha como em outros países.” E sintetiza magistralmente a situação actual através da “assimetria fundamental” que resulta da “globalização assimétrica”, a “assimetria entre poder e legitimidade”: “um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.”

O nazismo prosperou na Alemanha no ambiente criado pela *Grande Depressão* e pelas políticas recessivas anti-trabalhadores levadas a cabo pelos governos de Weimar, em especial pelo governo de Heinrich Brüning, o *Chanceler da Fome*.

A evolução da situação na Europa, do ponto de vista económico e social (aumento do número de pobres, incluindo *pobres que trabalham*; agravamento das desigualdades; baixa acentuada do nível de vida das chamadas classes médias; níveis elevados de desemprego e de inflação) vem evidenciando reflexos no plano político que começam a pôr em dúvida a velha tese de que a História não se repete.

Nos nossos dias, a ascensão dos partidos e dos movimentos nazi-fascistas no Continente europeu é a consequência (anunciada por muitos) das políticas neoliberais levadas a cabo pela UE e pelos governos dos estados-membros. O facto de a Primeira-Ministra da Itália ser a dirigente máxima de um partido que se reclama abertamente da herança fascista veio comprovar isto mesmo.

Entretanto, *novas formas de fascismo* vão-se disseminando e fortalecendo, perante a alegria de alguns, a cumplicidade de outros e a displicência dos que, em vez de chamar os bois pelos nomes, procuram talvez esconjurar as ameaças do regresso do fascismo falando de *populismo*, uma espécie de *fascismo escondido com o populismo de fora*.

11. – Ainda antes da guerra, mas adivinhando-a, a UE começou por dizer que o que era preciso era *diálogo, diálogo e mais diálogo* com a Rússia, anunciando que só se deveria recorrer às sanções numa situação-limite. Pouco depois, os dirigentes da UE renderam-se à pressão dos EUA, esquecendo o que muitas personalidades da política, da diplomacia, dos meios académicos e dos meios militares sempre disseram: os EUA vêem esta guerra como uma *guerra contra a Rússia* (à semelhança do que fizeram com a URSS no Afeganistão nos anos 1980) e também uma *guerra contra a Europa*.

Ao serviço dos interesses dos EUA/NATO, a UE vem-se afirmando como a campeã das sanções: na 1ª semana de Março, aprovou um 10º pacote de sanções contra a Rússia. Todos reconhecem que elas estão a afectar muito negativamente a economia dos países da UE e o nível de vida de milhões de cidadãos europeus, agravando as consequências das políticas neoliberais. Os sectores mais esclarecidos vêm lutando contra estas políticas, em nome de valores da esquerda. Mas muitos outros vão caindo nas garras dos partidos nazi-fascistas.

Os tiques fascistóides vão-se afirmando na vida do dia a dia, quase se transformando em normalidade. O governo de Kiev destruiu milhões de livros só porque estavam escritos na língua russa (incluindo os livros dos grandes clássicos russos da literatura mundial). Mas, por toda a Europa, cancelaram-se concertos porque neles se ia tocar Tchaikovsky e impediu-se a actuação de músicos ou cantores porque eram russos. Coisas tristes de ver.

É costume dizer-se que a primeira vítima das guerras é a verdade. E todos sabemos que, em situações de guerra, a desinformação é uma *arma de guerra*.

O Coronel Richard Black (que durante um tempo foi Senador eleito pelo Partido Republicano) caracteriza assim a actuação dos EUA: “é uma abordagem maquiavélica: usamos força e violência ilimitadas, controlamos os meios de comunicação global, onde eliminamos todas

as discussões sobre o que realmente está a acontecer. (...) As pessoas pensam que tudo está a acontecer por razões altruístas, mas não está.”

Vale a pena reler: *controlamos os meios de comunicação global! Eliminamos todas as discussões sobre o que realmente está a acontecer!*

Outras vozes autorizadas confirmam isto mesmo, incluindo jornalistas de elite, galardoados com o *Prémio Pulitzer*, uma espécie de *Prémio Nobel do Jornalismo*. Seria fastidioso recordá-los todos aqui. Direi apenas que a concentração da propriedade e do controlo dos principais meios de comunicação pelos grandes grupos monopolistas constitui hoje um grave problema no que se refere à defesa da democracia. O General Erich Vad (conselheiro político de Angela Merkel de 2006 a 2013) define assim a situação na Alemanha: “estamos a viver, em grande medida, uma sincronização dos meios de comunicação social como nunca aconteceu na Alemanha.”

Ao nível da UE, foi aprovado no início de Abril/2022 um Regulamento que veio “suspender urgentemente as actividades de radiodifusão desses meios de comunicação social [russos ou a soldo da Rússia] na União ou dirigidos à União”, como argumento de que esta medida “é necessária e compatível com os direitos e liberdades fundamentais reconhecidos na Carta dos Direitos Fundamentais, nomeadamente com o direito à liberdade de expressão e informação.”

Uma Vice-Presidente da Comissão Europeia reconheceu que, “em tempos de paz, isso seria absolutamente impensável. Mas em tempos de guerra alguns *media* converteram-se em armas.” Atento, o jornalista perguntou se estávamos em guerra, e a resposta foi esta: “Estamos numa guerra de informação e de propaganda. (...) Vivemos uma situação extraordinária, que exige medidas extraordinárias e temos provas de que a propaganda do Kremlin está a usar os chamados meios de comunicação como armas contra a população da UE.”

A verdade é que a UE não está em *situação de guerra declarada* com a Rússia. Nem a Comissão Europeia tem competência para declarar a guerra. Mas arrogou-se o direito de instituir a censura. Para impedir a propaganda da Rússia, ignorando que todas as partes fazem a sua propaganda: os EUA, a UE, a Ucrânia. Um jornalista prestigiado, Serge Halimi, Director de *Le Monde Diplomatique*, diz que “os meios de comunicação social ocidentais reproduzem compassadamente a propaganda do Pentágono.” Difundem *propaganda*, mas não estão sujeitos à censura da UE. Certamente porque há *propaganda boa* e *propaganda má*, há notícias boas e notícias más... É a ‘filosofia’ de todos os censores.

12. – Terminado o seu ciclo imperial, a Europa não foi capaz de extrair as lições da sua história de potência colonizadora, tendo-se deixado arrastar, internamente, para formas de organização do poder político que traduzem claramente relações de *neocolonialismo*, de *colonialismo interno*. “A Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial”, disse Jean-Claude Juncker (Julho/2012, quando era Presidente da Comissão Europeia); a ‘Europa’ impõe aos países mais débeis – cito o sociólogo alemão Ulrich Beck – “perdas de soberania e ofensas à sua dignidade nacional.”

A ‘Europa’ deixou matar a sua identidade cultural quando aceitou que, no quadro da OMC, os bens culturais fossem tratados como qualquer mercadoria (como as armas ou as rações para gado), abrindo caminho à ‘colonização’ da Europa pela sub-cultura de massas *made in USA*. Progressivamente, a UE for-se tornando um mero apêndice dos EUA/NATO e da estratégia americana de dominar o mundo com base no seu poderio militar.

Apesar desta dura realidade, muitos dos seus dirigentes, numa atitude esquizofrénica de *corte com a realidade*, continuam a comportar-se como se a velha Europa fosse o centro do mundo. Josep Borrell (uma espécie de ‘ministro dos negócios estrangeiros da UE’) fez estas declarações num encontro recente com estudantes na Bélgica: “A Europa é um jardim. Nós construímos um jardim [a Rússia, claro, está fora deste jardim]. É a melhor combinação entre liberdade política, prosperidade económica e coesão social. A maioria do resto do mundo é uma selva e a selva pode invadir o jardim. Os jardineiros precisam de ter cuidado.”

Seria de esperar esta ‘pérola’ de um dirigente da extrema-direita fascistóide, racista e xenófoba. Pelos vistos, o socialista Borrell partilha as mesmas ideias. Mas não é admissível que, no exercício das suas funções, faça afirmações destas, ainda por cima perante uma assistência constituída por jovens. Se a União Europeia fosse uma entidade democrática, este ‘euro-ministro’ teria sido imediatamente demitido. Mas não é... A União Europeia, pelos vistos, perfilha as teses dos ‘patriotas europeus’, que continuam a sonhar com a *Europa-centro-do-mundo-berço-da-civilização-e-berço-da-democracia*, uma Europa satisfeita consigo mesma, uma Europa eterna, que só tem de evitar alguma ‘invasão dos bárbaros’ que ponha em causa o *paraíso europeu*.

A crise de 2008, a crise pandémica e agora esta guerra estúpida mostraram que o Velho Continente é hoje um continente perdido, enleado nas teias que o processo de integração europeia foi tecendo, uma região ultrapassada no plano científico e tecnológico, com uma economia desarticulada, dependente de outras regiões no que toca aos produtos alimentares, à energia, a matérias-primas e recursos naturais estratégicos, sem qualquer autonomia estratégica em matéria de defesa, de política externa, de política energética, de política cultural e de investigação científica, militarmente ocupado pelos EUA/NATO (pelo menos 100 mil soldados

americanos estão acantonados em bases militares instaladas em vários países europeus, nas quais os EUA/NATO armazenam inclusive armas nucleares).

Como sublinha, entre muitos outros autores, o sociólogo alemão Wolfgang Streeck, a estratégia das políticas desenhadas pelos *neoccons* da ultra-direita americana exigia *separar a Europa da Rússia*, condição indispensável para *anular o papel da Europa* no concerto das nações. Um dos pontos fundamentais desta estratégia assentou na inviabilização de um *acordo de segurança colectiva da Europa que inclua a Rússia*. Na entrevista que referi há pouco, a Sr.<sup>a</sup> Merkel revelou que a guerra na Ucrânia aconteceu porque, apesar dos seus esforços nesse sentido, não foi possível construir uma *nova arquitectura de segurança na Europa*, porque os EUA se opuseram. Pois bem. A guerra na Ucrânia adiou esta possibilidade por muitos anos. Nestas condições, Streeck prevê que o mundo se encaminhará para “uma confrontação bipolar entre os EUA e a China, com a Europa subordinada aos EUA (...) e a Rússia dependente da China.” E avisa: “neste mundo não haverá nenhum lugar para a soberania ou a autonomia europeia, para uma Europa independente como uma terceira força global.”

No final da Cimeira da NATO em Madrid (Junho/2022), Biden disse que dela tinha saído a *otanização da Europa*, o que eu interpreto como a transformação da Europa num satélite dos EUA/NATO, a redução desta *Europa otanizada* a um “anão geopolítico” (General Carlos Branco).

Esta situação ajuda a compreender que o representante da Rússia tenha dito, no último *Forum de Empresários dos BRICS*, que “a crise actual mostra que a União Europeia não está preparada para desempenhar o papel de um actor independente e soberano. (...) A UE perdeu por completo a sua soberania política. (...) Não dispõe de qualquer soberania político-militar.”

Talvez conscientes disto mesmo, Olaf Scholz e Emmanuel Macron (numa entrevista conjunta ao diário *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 20.1.2023) puseram em relevo o desafio essencial que se coloca à Europa: “garantir que se torne ainda mais soberana e tenha capacidades geopolíticas para moldar a ordem internacional.” Embora refiram que “um pilar europeu mais forte dentro da NATO faz da UE um parceiro mais forte no Atlântico e nos Estados Unidos”, dizem também que a ‘soberania europeia’ não deve ser medida apenas em termos militares, mas também nas capacidades de “resiliência e de actuação em áreas estratégicas”, o que implica uma diversificação de “bens de oferta estratégica”, que permitam que a Europa se torne “o primeiro continente do mundo com impacto neutro no clima” e se torne “líder mundial em produção e inovação”, para que “o progresso económico e social ande de mãos dadas com uma transição ecológica.”

O tom do discurso lembra-me a narrativa própria dos momentos solenes, em que as ‘pessoas importantes’ gostam de dizer frases que fiquem para a História, que quase sempre

morrem ali, depois de encerrada a festa. Ao ler estas palavras, recorro a famosa *Estratégia de Lisboa*, aprovada em Lisboa na Cimeira que encerrou a Presidência portuguesa do Conselho Europeu (Março/2000), na qual se prometia aos europeus a transformação da ‘Europa’ na *economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo*, capaz de um *crescimento económico sustentável*, acompanhado de *melhoria quantitativa e qualitativa do emprego* e de *maior coesão social*. Promessa soleníssima, que rapidamente foi esquecida, como é o destino das promessas solenes encenadas para enganar os povos.

Não sei se as declarações de Macron e Scholz terão alguma sequência prática. Não consigo ser optimista a este respeito. Mas elas significam, creio eu, que ambos estão cientes de que, nos nossos dias, a Europa não tem voz activa no que se refere às *capacidades geopolíticas para moldar a ordem internacional*. Gostaria de pensar que ambos entendem que, para alterar a situação actual, é necessário mudar a *arquitectura de paz europeia e internacional* e substituir o *mundo unipolar* que os EUA pretendem impor por uma *nova ordem internacional multipolar*, assente nos princípios da coexistência pacífica, da não ingerência nos assuntos internos de outros países, da cooperação entre os todos os povos do mundo, para que, em conjunto, possamos partilhar as vantagens decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, possamos resolver os problemas comuns da Humanidade (a começar pelos problemas ambientais) e possamos eliminar a pobreza da face da terra.

Foi muito comentada na Europa a entrevista (atrás referida) em que a Sr.<sup>a</sup> Merkel denunciou o comportamento dos EUA relativamente aos gasodutos *Nord Stream* e à inviabilização de uma *nova arquitectura de segurança na Europa*. Nessa mesma entrevista, a ex-chanceler da Alemanha avisou que *na Europa não é possível fazer política sem conversar com a Rússia*.

O problema é que, pela mesma altura, Angela Merkel e François Hollande vieram confessar o que ninguém esperava: que enganaram deliberadamente a Rússia ao assinar com ela, com o governo da Ucrânia e com os dirigentes das duas repúblicas do Donbass, os *Acordos de Minsk*, que foram depois aprovados por unanimidade no Conselho de Segurança da ONU, tendo-se transformado em Direito Internacional. Ambos disseram que esses Acordos (que o mundo saudou como solução para o problema do Donbass, ultrapassando o perigo de guerra) só foram assinados para dar à Ucrânia o tempo necessário para organizar as suas forças armadas e para se armar melhor, com vista a resolver pela força o problema do Donbass. Compreende-se agora a razão pela qual os governos de Kiev sempre se recusaram a cumpri-los e pela qual a ‘Europa’ nada fez para exigir o seu cumprimento (o que teria evitado a guerra).

Reagindo às declarações da Sr.<sup>a</sup> Merkel, Vladimir Putin confessou que, “para ser honesto, tinha de dizer que isto era totalmente inesperado para ele. Francamente, não esperava ouvir algo

como isto da antiga chanceler. Estou decepcionado. (...) Agora está em cima da mesa uma questão de confiança, e ela está próxima de zero.”

A Europa deixou de ser credível: quem mente uma vez mente sempre. E esta perda não é facilmente recuperável. A Europa corre o risco de desaparecer com entidade que conta na cena internacional. Este é um dos problemas mais sérios deste nosso tempo, porque condiciona a paz na Europa e no mundo.